

SAÚDE MENTAL E POLÍTICA PÚBLICAS EM CRICIÚMA: A HISTÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOUCURA E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL A PARTIR DA DÉCADA DE 70. *Rafael Machado do*

Livramento, Liliane Leonardo, Antônio Luiz Miranda, Janine Moreira (orient.) (UNESC).

O objeto desta pesquisa foi " As políticas públicas de saúde mental desenvolvidas pelo poder público do município de Criciúma". Os objetivos perseguidos foram a compreensão do desenvolvimento destas políticas a partir da década de 70, relacionando os valores encontrados na realidade regional com os valores que subsidiaram o desenvolvimento das políticas de saúde mental no Brasil, buscando o motivo da não implementação, até então, da política da reforma psiquiátrica no município de Criciúma. Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso e utiliza como instrumentos entrevistas semi-estruturadas e levantamento documental. Tendo como referencial teórico a compreensão da história da psiquiatria e das políticas públicas de saúde mental propostas por AMARANTE, e o conceito de desinstitucionalização como desconstrução do paradigma manicomial que se institucionaliza sobre a forma de doença mental, proposto por ROTELLI, pode-se perceber que o poder público municipal não buscou inserir em Criciúma a nova lógica de assistência em saúde mental, baseada em serviços comunitários e ambulatoriais que resgatem a cidadania do sujeito em existência-sofrimento, proposto na política de reforma psiquiátrica que se desenvolve no Brasil a partir do final da década de 80. A base do serviço de saúde mental existente no município continua sendo o hospital psiquiátrico existente na região (Casa de Saúde Rio Maina), demonstrando um modelo basicamente hospitalocêntrico que nos remete ao surgimento da psiquiatria na Europa, no final do século XVIII.